

Sarney é o responsável

Ricardo Noblat

VALE o que disse o jornalista Frota Neto, porta-voz do presidente da República, autorizado no sábado a revelar que Sarney admitira em encontro com líderes sindicais ter sido mal-assessorado quando desembulhou o pacote do Cruzado II. Não vale a desculpa presidencial, arrancada pelo deputado Ulysses Guimarães através de um telefonema, de que Frota interpretara mal um comentário de Sarney. Se quisesse, o presidente poderia ter aproveitado o encontro de ontem com jornalistas no Rio de Janeiro para reparar parte do estrago produzido na já desgastada imagem de sua equipe econômica. Preferiu não fazê-lo. Logo...

Logo o presidente agiu, uma vez mais, como se nada tivesse a ver diretamente com os erros da condução da política econômica do seu governo. "Não sou economista, sou político", costuma repetir — e o fez novamente em entrevista concedida ao jornalista Cláudio Abramo, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*. Sarney esqueceu de contar que, às vésperas do Cruzado II, recebeu a visita do então ministro João Sayad, empenhado em evitar que ele patrocinasse o pacote confeccionado no Ministério da Fazenda. Sayad advertiu o presidente para o desastre que ocorreria. Depois, Sarney descobriu que Sayad tinha razão. Era tarde.

A Abramo, o presidente atribuiu o fracasso do Plano Cruzado original ao aquecimento da demanda por ele provocada. Esqueceu, ou não quis dizer, que foi ele, Sarney, quem decididamente bancou o abono salarial de 8% enxertado no plano às vésperas de sua divulgação. Pesou a influência do presidente para a adoção do congelamento total de preços e de salários. Quando o ministro Dilson Funaro, ali por volta de maio ou junho do ano passado, foi ao Congresso e confessou que o descongelamento poderia começar dentro de algum tempo, Sarney desautorizou-o. Era, àquela altura, um presidente seduzido pela popularidade.

Esbarraram no presidente, mais do que no PMDB que pouco foi consultado em relação ao assunto, propostas de correções no Plano Cruzado elaboradas pelos mesmos assessores do ministro Funaro que hoje são oferecidos à execração pública. As que foram aceitas não alcançaram, muitas vezes, a amplitude com que foram recebidas. Ou então surtiram efeito pela metade porque desacompanhadas de outras. A desagregação interna do governo chegou ao ponto de o ministro do Planejamento só conhecer o

aumento do funcionalismo público em dezembro depois que ele já fora proclamado. "Não é possível, deve ser engano", reagiu Sayad. Não era.

Um dos principais erros cometidos pelo ministro Funaro e sua equipe foi o de não terem tido coragem, e um pouco mais de vergonha, para largar o poder e ir embora quando naufragaram suas propostas para corrigir o Cruzado. O mal de Sarney, que agora joga a culpa do fracasso nos ombros dos seus auxiliares, foi o de ter imaginado que assegurara, afinal, a legitimidade do seu mandato. Evaporou-se o consenso construído por um plano feito às pressas para debelar a crise que ameaçava a permanência de Sarney no Palácio do Planalto. Restou a crise, revigorada. Mais uma vez, da terapêutica que se adotar para detê-la dependerá a sorte do presidente.

Tão ou mais grave que os condimentos políticos e econômicos da crise é a ausência de autoridade nela embutida que paralisa o governo, repercute intensamente na sociedade e gera um clima de perplexidade no país. As reformas anunciadas ficam no papel — a agrária, a administrativa, a tributária. O plano de metas dado à luz no ano passado jaz esquecido em uma gaveta qualquer de Brasília. Não se tem, até hoje, uma política de preços e de salários. Parte-se para a renegociação da dívida externa sem que se tenha, verdadeiramente, um plano para isso. O presidente se queixa de sua equipe econômica mas não a substitui.

Reclama, como o fez ao jornalista Abramo, que todos lhe pedem que aplique um murro na mesa — quando a única coisa, de fato, que lhe é cobrada é que governe. O Ministério que tem é obra exclusivamente dele, como fez questão de sublinhar em discurso em fevereiro do ano passado. Se é ruim, como de fato é, foi o presidente quem o escolheu, arrostando, inclusive, as reclamações do PMDB. Assuma, pois, a responsabilidade de mudá-lo — como, de resto, a responsabilidade pelos erros até aqui praticados. Pode ser confortável enxergar conspirações à direita e à esquerda e posar de vítima da incompreensão nacional.

A nada levará — salvo à confirmação, que ainda há tempo para desmentir, de que não estava e de que não está preparado para presidir o país. Nessa hipótese, melhor faria Sarney se apressasse seu retorno à literatura, à pintura bissexta e à vida amena no sítio de São José do Pericumã ou na praia do Calhau. A crise e a transição para um regime democrático exigem líderes determinados, não reticentes e amorfos — que disponham de um projeto para a travessia, não de um elenco de espertezas para vencê-la. Um comandante, enfim, que não renuncie à obrigação de comandar.